

Perspectivas da EAD No Brasil: Algumas reflexões do contexto histórico.

Diviane da Silva Bernardi¹

Maria Angélica Figueiredo Oliveira²

RESUMO

Tendo em vista o desenvolvimento das mídias e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no cenário da Educação a Distância (EAD), ressurgiu um novo conceito de conhecimento, pois as ferramentas tecnológicas unidas às potencialidades, tempo e espaço, incentivam a educação como uma forma de inclusão numa sociedade com tantas diferenças. Nesse contexto, as mídias são mediadoras da informação e do conhecimento, e pode-se notar a evolução das fases de acordo com os avanços tecnológicos no decorrer das décadas. Desde o uso da correspondência e material impresso, rádio, chegando a Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Desse modo, permite-se assim em cada período de desenvolvimento das mídias, uma nova fase do EAD, proporcionando desta forma o crescimento da modalidade. Esta pesquisa realizada através da revisão de literatura visa situar as mídias, suas fases e seu desenvolvimento relacionando-as com a Educação à Distância.

ABSTRACT

The development of the medias and Information Technology in Communication (ITC's) in the cenary of EAD. It resurge in a new concept of knowledge, the technology instruments join with potentials, time and space, they incentive the inclusive education in a society with a lot of difference. In this context the medias are mediators of the information and of the knowledge, and we can observe the evolution of the phases according the crescent technology across of the decades. Since the use of the correspondence and press material, radio, to New Information and Communication Technology (ICTs). They permit in each period of development of the medias, a new phase in the EAD, it grow up in this mode. This research is to situated medias, their phases and their development relative them with Distance Education.

PALAVRAS-CHAVE: educação á distância, contexto histórico, mídia

¹ Aluna do curso de Especialização em Mídias na Educação – UFSM , divi1@ibest.com.br

² Orientadora do curso de Especialização em Mídias na Educação – UFSM, mariaangelicafo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O surgimento das mídias e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), no cenário do EAD, fez ressurgir um novo conceito de conhecimento, pois as ferramentas tecnológicas unidas com as potencialidades- tempo e espaço- incentivam a educação numa sociedade com tantas diferenças. O que se tornou possível através da utilização das diversas mídias.

Pode-se salientar que a EAD não é uma modalidade nova de educação, como muitos afirmam. Na década de 30, começava a desempenhar um papel importante: levar a informação e comunicação a qualquer parte, ou seja, sem fronteiras.

De acordo com Moran (2008), a Educação à Distância é um processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual se têm professores e alunos separados espacial e/ou temporalmente.

A pesquisa realizada através de levantamento bibliográfico mostra, através do contexto histórico, como as mídias foram mediadoras das informações e do conhecimento, notando-se a evolução das fases de acordo com os avanços tecnológicos no decorrer das décadas. Desde o uso da correspondência e material impresso, depois rádio chegando à Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs. Isto permite em cada período de desenvolvimento das mídias, uma nova fase do EAD, proporcionando desta forma o crescimento da modalidade.

O presente artigo está organizado como segue: a seção 2 – aborda o Ensino à Distância, conceitos e como surgiu, seção 3 – do surgimento da EAD no Brasil aos dias atuais, seção 4- as Políticas Públicas em EAD, seção 5- da EAD à Educação Virtual, e a seção 6 - detalha as estatística da EAD no Brasil, e finalmente a seção 7- as Considerações Finais.

2. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Existem algumas definições apresentadas, mas o consenso em torno do conceito da modalidade EAD ocorre quando professores e alunos não estão no mesmo espaço físico e temporal, a aprendizagem ocorre através das diversas tecnologias de comunicação, planejadas pelas instituições com algumas atividades síncronas e outras assíncronas.

Regulamentada pela constituição, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, art. 80, portarias, resoluções e normas do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação.

3. O PROCESSO DE ENSINAR À DISTÂNCIA NO BRASIL

Aborda os aspectos que definiram as principais gerações em que evolui a Educação à Distância no Brasil. A primeira geração ocorreu por meio de textos, a segunda geração através da difusão da televisão, e a terceira geração marcada pela era tecnológica, através da internet e dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs).

3.1. PRIMEIRA GERAÇÃO

Não se tem um referencial sobre quando exatamente iniciou-se o processo de ensinar à distância, tendo apenas o jornal do Brasil, iniciando suas atividades em 1891, divulgando um curso profissionalizante, o mesmo ocorrendo com algumas instituições privadas em 1904, sendo que eram oferecidos cursos dirigidos para as áreas técnicas, sem exigência de escolaridade.

Nesse período, a questão pedagógica sofreu algumas reformas, já que a situação governamental dos Estados do Brasil assim o exigia, obteve-se os Estados alguma autonomia, a fim de organizar o sistema de ensino, mas na verdade, ocorria somente com o primário e o normal, sendo que o Ensino Secundário não era pré-requisito para ingressar no ensino superior.

Paralelo acontecia nos anos de 1922 a 1925 a criação da Rádio Sociedade RJ por Roquette- Pinto, o ensino à distância, recebe outro aliado, a partir do momento em que as informações difundiam-se a todos os lugares , torna-se mais fácil promover mudanças, ativar projetos, realizar objetivos, aproximar o povo, antes reconhecido como um ser ocioso e sem expectativas, das transformações ocorridas não só no Brasil, mas no resto do mundo, mostrando-lhes indicativos de que (ainda idealizado por Roquette-PINTO) podia-se ter uma educação voltada também para a cultura e o lazer, ou seja, cidadãos cientes de suas possibilidades de mudança e crescimento pessoal, social e econômico.

Em 1929, Lourenço Filho publicou o livro “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, onde pregava uma escola sem muitos compromissos, abolindo o conteudismo, o que ocasionou muitas críticas, porque o movimento acreditava na espontaneidade e ingenuidade dos educandos, mas não surtiu mudanças significativas nas escolas. (LOURENÇO, 1929)

Rui Barbosa, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, grandes humanistas e nomes importantes de nossa história pedagógica, já divulgavam as idéias da Escola Nova, embora contendo algumas concepções ultrapassadas e talvez ingênuas, serve ainda como referência pedagógica, porque em qualquer época pode-se associar conceituações modernas às que nos legaram pedagogos do passado, repensando valores, metodologias, a fim de transformações que nos levem a um senso comum quanto ao educar para a cidadania.

Dewey (1929) dá uma nova conceituação para as escolas, idealizando-as como locais de transmissão de conhecimento e mais aliadas às comunidades. Segundo Lourenço Filho (1929), a escola defendida por Dewey, despertava nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade.

Em 1930, o governo de Getúlio Vargas criou o primeiro ministério da educação, cargo ocupado por Francisco Campos que havia participado da reforma do Ensino Primário em Minas Gerais. A reforma, ao mesmo tempo que unificava todo o território nacional, tornou-se objetivo de lutas partidárias pelo poder.

Fernando de Azevedo (1932) redigiu o texto Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, considerando a educação como pública, solicitando uma unidade do Sistema Nacional, com direito a gratuidade, obrigatoriedade de instrução e laicidade, discutia também o problema da concepção da Universidade e enganos

referentes à formação e o papel do professor, sendo assinado por 26 educadores de renome da época.

Quanto à questão radiofônica e a educação à distância, ainda não havia uma lei que regulamentasse as programações educativas, o que só se confirmou com o decreto 378, de 13 de Janeiro de 1937, resultado de uma reforma na educação. Com a instalação da rádio Escola Municipal de RJ, os alunos passaram a ter acesso à educação, o que antes era inviável devido à distância. Nesse meio tempo, discussões sobre a sociabilidade reforçavam a idéia de que mudanças tornavam-se necessárias.

Essas formas de ensino atingiram o auge em 1939, com a criação do Instituto Radiotécnico popularmente conhecido como Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro em 1941.

No Brasil, inúmeras forças políticas saídas de um regime centralizado e ditatorial, impulsionaram a soberania em desenvolvimento de duas forças produtivas, mas como não havia a ambiguidade de um regime de Estado Novo, as sequelas ruins, combinadas com a repressão e defesa das teses do desenvolvimento nacional, fizeram surgir o aparecimento dos jornais.

Na década de 40, as empresas multinacionais passam a ter o rádio como aliado para sua entrada no mercado brasileiro, como já vinha ocorrendo em outros países das Américas, pois como existia um grande número de analfabetos, o rádio tornava-se uma mídia de maior alcance, inclusive nas zonas rurais.

O alto índice de analfabetismo, impulsionou à criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), sendo o Brasil um dos participantes. Em 1947, foi lançada a primeira campanha de Educação para Adultos. Nessa época, o cidadão não tinha uma posição definida na sociedade, sendo analfabeto, consideravam-no incapacitado para o exercício da cidadania.

A campanha não obteve o resultado esperado porque concentrou-se no voto, sem trabalhar a educação como um todo, não como parte, apenas, do sistema.

Em 1946, com espírito de liberdade, legalidade, democratização surge o jornal Debates, ano este em que deveria ser concluída a elaboração da constituição para substituir a carta de novembro de 1937, que orientara o Estado Novo.

Seu primeiro número em 29 de junho de 1946, ano da redemocratização.

A liberdade de pensamento, o livre debate das idéias, é fundamental para o progresso e aperfeiçoamento dos povos. Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação: imprensa, rádio, etc. Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos. O pensamento político-econômico-social, torna-se, assim, menos um instrumento de indagação da verdade em prol do conhecimento científico e do bem público, do que um defensor de interesses particularistas dos que dispõe de poder econômico. Este jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com proficiência sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, não importando a cor política, a escola filosófica e o credo dos autores. Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias. Pelo debate, polêmica, em alto nível, pelo acolhimento, imparcialidade todas as correntes de opinião, este jornal pensa concorrer para o desenvolvimento da democracia no Brasil. Aqui, com efeito, todos terão iguais oportunidades de manifestar livremente seu pensamento, sem nada pagar, para o jornal Debates idéias são bem comum, patrimônio social.(JORNAL DEBATES, 1946)

Nessa época, os jornais representavam uma fonte de divulgação das tendências e reflexões históricas, revelando as tendências da época. O jornal nunca escondeu sua tendência esquerdista, principalmente por seu fundador Mattos Pimenta, mas o que marcou definitivamente, foi o antifacismo, e a luta pela aproximação de comunistas, socialistas e militares positivistas em torno da bandeira da soberania nacional e, mais tarde, do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Mattos Pimenta era um indignado defensor das coisas públicas, ou Horta Barbosa que escrevia suas teses nacionalistas com argumentos técnicos, politicamente embasados. Monteiro Lobato utilizava-se de ambos os gêneros, às vezes, articulista, crítico, reflexivo, induzia o leitor a pensar nos problemas.

No final de 1950, algumas mudanças começaram a surgir, através da ideologia de Paulo Freire, redefinindo assim, a concepção de analfabetismo, o ser passa a ser visto como atuante e pensante.

Através da leitura, o cidadão passa a ser parte do todo, o texto em si faz renascer o sonho e difundir as mudanças sociais, antes ocultas, por falta de meios de comunicação, dificultadas também pelo analfabetismo e distância.

Enquanto que, na década de 40 e 50, caracterizou-se pela organização dualista do ensino, com dois sistemas paralelos: um para o povão (escola primária,

escola profissional), e o outro iniciado na escola primária, secundário e escolas superiores para a elite.

Nos anos 50 e 60, o Brizolismo quebra as tradições, e tem como tarefa tornar a nação emancipada, livre da dominação estrangeira, o ensino passa a ser fundamental, distribuindo o ensino formal para o Brasil. Enquanto isso, entendia-se necessária uma profunda transformação social, decorrente da união de forças, informações e conhecimento, a fim de mudar a realidade. Começam as lutas pelos direitos sociais. Nessa época, a educação passou por diversas fases, mas os problemas continuaram, perdurando aos dias atuais: falta de escola na zona rural, ensino de má qualidade, estrutura física inadequada, material didático em discordância com a realidade do educando, ausência de qualificação e valorização para os profissionais em educação.

3.2. RENOVAÇÃO: SEGUNDA GERAÇÃO DO EAD NO BRASIL

Nos anos 70, foi lançado o projeto SACL, um sistema avançado de comunicações interdisciplinares transmitido via satélite, com fins educativos, sendo interrompido por questões de custo. A TV Cultura e a Fundação Roberto Marinho começaram a exibir o telecurso segundo grau que utilizava a TV e material impresso para preparar os alunos para a certificação do atual ensino médio.

Percebe-se, que a EAD, assumiu vários formatos, mas efetivamente, na década de 70, aumentou a demanda da tele educação.

O avanço da EAD torna-se acentuado, devido à informatização e a difusão da língua estrangeira. Inicia-se também, nos anos 90, o Programa “ Salto para o Futuro” em parceria com o governo federal, as secretarias de educação e fundação Roquette-Pinto, programa destinado à formação de professores. Multiplicam-se os congressos e seminários em EAD.

Nesta década foram criadas:

- a Rede Brasileira de Educação Superior Aberta e à Distância- READ, unindo esforços entre as instituições de nível superior em EAD, a falta de apoio

governamental não gerou avanços, porque não havia recursos para a implementação do trabalho.

- a Secretaria Especial de Educação a Distância do Ministério da Educação, adotadas pelo SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAT E SENAR, acarretando um maior envolvimento das Universidades em relação as pesquisa metodológicas.

Em torno de cinqüenta mil escolas públicas já estavam equipadas com antenas parabólicas, computador, televisão e vídeo-cassete. Em 1998, visando à capacitação de professores com a informática educativa inicia-se a distribuição de computadores para os NTEs (Núcleos de Tecnologia e Ensino).

Portanto, a internet, torna-se o meio principal e tendência de todas as tecnologias educacionais de informação e do conhecimento, impulsionando o crescimento das EAD no Ensino Superior.

A EAD é um modelo pedagógico abrangente que usa novas tecnologias no intento de atingir seus objetivos educacionais considerando as necessidades do público. De maneira que seu público alvo deve ter certa maturidade e motivação para aderir à técnica de auto-aprendizagem. Um novo universo educacional está em processo de descortinar-se, e é urgente ter preparo adequado para corresponder ao que de admirável ele oferece. Com a democratização do uso da tecnologia digital, a internet na educação a distancia deu um grande salto que abre perspectivas e lança desafios inéditos, mais complexos e exigentes de cabal domínio das conexões estabelecidas. (FILATRO, 2004)

3.3. EAD NA TERCEIRA GERAÇÃO

Através das iniciativas isoladas das IES surgiram os primeiros ambientes virtuais de aprendizagem utilizando recursos da própria web, mas ainda com pouca possibilidade de interação. Com a popularização da web, foram surgindo os meios dos quais dispomos hoje: teleconferência, chat, fóruns de discussão, correio eletrônico, weblogs, espaços wiki, plataformas de ambientes virtuais que possibilitam a interação entre alunos e tutores, com metodologia para potencializar a interatividade, em todas as partes do Mundo.

Nesse sentido, abordam-se a seguir características de alguns modelos perceptíveis na educação à distância, fundamentadas pelos modelos trazidos por Ropoli et al (2002).

- Modelo instrucional tem como base a transmissão de informação e conteúdo, pouca participação do professor e tutor, sem estratégias colaborativas no processo de aprendizagem. Auto-explicativo, com textos escritos de forma dialógica, testes online, interface bem elaborada e com elementos gráficos. O aluno torna-se passivo, pois o modelo não possibilita interferir ou questionar.

-Modelo colaborativo ocorre a participação dos tutores e professores, atividades planejadas para acompanhar o desempenho dos alunos, os conteúdos são abordados de forma objetiva e simples, incentivando a participação de todos.

-Modelo interativo- contexto atual, prevendo atividades em colaboração com as estratégias de aprendizagem. O papel do professor é de orientar e desafiar, ou seja, um gerenciador do conhecimento. Surgindo a educação para a construção do saber. Modelo este que mais se adapta ao contexto do EAD, gerando possibilidades de fazer escolhas e construir caminhos através de uma educação hiper-textual e não linear.

E (...) estudar sem a presença regular de colegas e professores desafia o cursista a superar suas limitações pessoais e desenvolver sua capacidade de aprender autonomamente, de aprender a aprender.(PRETI, 2004).

No entanto, possibilitar que este desafio seja vencido, requer da instituição todo um esforço de colocar à disposição do aluno um sistema de recursos (professores, programas, redes) a fim de que a aprendizagem se efetue.

3.4. EAD HOJE

Oreste Preti (2004) discute as diferentes dimensões da autonomia na EAD, refletindo o papel do aluno, dos educadores e da Instituição na construção de uma formação de qualidade. Observa-se que cabe ao aluno, neste novo cenário, mergulhar no processo, assumindo para si a responsabilidade da sua própria formação. Esta autonomia deve ser um compromisso de todo o processo educativo. Para as Instituições, implica uma alteração significativa da rotina de trabalho, do processo burocrático da administração escolar e acadêmica.

Outra grande dificuldade é que, manejar múltiplas fontes de referência, múltiplas mídias, pode levar à saturação, ambientes hiper-conectados com

sobrecarga de informações. Trabalhar neste contexto e saber decidir sobre o melhor desenho, a melhor estética, não é uma tarefa elementar (ALVES e outros, 2004).

O ambiente virtual é rico em potencialidades e facilidades na preparação de conteúdos e programas educacionais, mas apresenta dificuldades de ordem cultural, técnica, econômica, social. Tornam-se necessárias a ampliação e consolidação de projetos, pesquisas e trabalhos que tratem desse tema, gerando resultados e contribuições que são fundamentais na melhoria e construção de novas soluções, ajudando nossos professores a criarem melhores possibilidades de ensino.

Os Ambientes Digitais de Aprendizagem possibilitaram a organização dos cursos, unindo interação com integração através de aulas presenciais e a distância, aproximando professores, tutores e alunos através vídeo e tele conferências, fóruns, bate-papos, e-mail, wikis. Dessa forma, a educação à distância se apresenta cada vez mais interativa.

No ciberespaço, essa união de cidadãos conectados, agrupados virtualmente em torno de interesses específicos, pode construir uma comunidade a partir do momento em que se estabelecem regras, valores, limites, usos e costumes, a netiqueta, com as restrições e os sentimentos de acolhimento e 'pertencimento' ao grupo. (KENSKI,2006).

O tutor tem o papel importante de ao avaliar não só ensino-aprendizagem, mas a satisfação do aluno com o curso, que se realiza muitas vezes através da observação ou fichas de avaliação. E através do tutor que se efetiva a interação, pois eles se comunicam mais diretamente com os alunos, depende muitas vezes da sua eficiência resolver os problemas de evasão do decorrer do curso.

Depois de concluído o conteúdo pelo professor-autor, entra o professor-tutor promovendo a interação. Algumas habilidades e competências são necessárias, conforme delineado a seguir por Maia:

A tutoria é necessária para orientar, dirigir e supervisionar o ensino-aprendizagem. Ao estabelecer o contato com o aluno, o tutor complementa sua tarefa docente transmitida através do material didático, dos grupos de discussão, listas, correio-eletrônico, chats e de outros mecanismos de comunicação. Assim, torna-se possível traçar um perfil completo do aluno: por via do trabalho que ele desenvolve, do seu interesse pelo curso e da aplicação do conhecimento pós-curso. O apoio tutorial realiza, portanto, a intercomunicação dos elementos (professor-tutor-aluno) que intervêm no sistema e os reúne em uma função tríplice: orientação, docência e avaliação. (MAIA,2002).

O EAD conta com uma longa história, várias tecnologias de informação sendo colocadas à disposição da educação. No Brasil, vista de forma paliativa como forma de resolver carências acumuladas por anos, não conseguindo recursos suficientes para que fossem creditados resultados e obtivesse afirmação como uma possibilidade pedagógica séria. Sendo seu reconhecimento um avanço legitimando práticas já em andamento, deixando de ter caráter emergencial e passando a ter o reconhecimento de suas especificidades.

Percebem-se alguns motivos que levaram ao desenvolvimento do EAD como: aumento do número de pessoas procurando qualificação, a diversidade de meios técnicos que garantem as condições desta modalidade de ensino e pessoas cada vez mais habituadas culturalmente com as tecnologias de informação.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EAD

Uma das dificuldades no sistema público de educação é a mudança de paradigmas. Em 1990, o Brasil assumiu um compromisso com 9 países para garantir a qualidade e universalidade da educação básica. O MEC concorda ter limitações quanto a essas mudanças, de fato, os progressos educacionais realizados pelo Brasil, na segunda metade da década de 90, foram notáveis. Mesmo assim, esses avanços não foram suficientes para satisfazer adequadamente as demandas existentes, até porque as exigências da sociedade mudaram, acompanhando as transformações tecnológicas.

Hoje, já não basta garantir a universalização do ensino compulsório, que no Brasil é de oito anos. “Para uma cidadania plena, e uma vida produtiva, exige-se, no mínimo, doze anos de escolaridade básica”. (MEC/INEP, 2000).

Nota-se a preocupação com a qualidade do ensino a ser oferecido, ou seja, a universalização. O aproveitamento deve ser acompanhado de forma efetiva, com esta perspectiva, o governo federal implementa nas universidades públicas um programa de formação de professores a distância.

O Brasil faz uma diferenciação na concepção das licenciaturas, em vez de contatar com o Banco Mundial para definir as políticas públicas, junta-se às Universidades Públicas com a intenção de respeitar as diferenças regionais.

O MEC, coordenado por diversas secretarias, já aponta por uma diferenciação na Pró-Licenciatura:

As Instituições de Ensino Superior (IES) serão chamadas a participar do processo tanto para a concepção como para a execução dos cursos a serem oferecidos pelo Programa. São parceiras estratégicas nesse desafio, pois a elas cabe a formação inicial desses profissionais. Além disso, podem dar contribuição inestimável aos processos de formação continuada que venham a ser criados para complementar a ação central do Programa. A parceria entre as universidades e o sistema público de ensino tem grande potencial de transformação sócio-educativa, contribuindo, inclusive, para que as IES avaliem e aprimorem constantemente seus cursos de licenciatura, a partir das demandas concretas da Educação Básica. Assim, as IES assumirão, junto com o MEC, a elaboração dos cursos, contando também com a participação dos Gestores Estaduais e Municipais de Educação para a execução do Programa. Caberá as IES a responsabilidade acadêmica das ações. (Anexo III, MEC)

Nos últimos anos, o MEC tem implantado políticas para democratizar a educação à distância, tanto do ensino superior como na educação básica. Um dos programas da Secretaria de Educação à Distância é o Proformação, em nível médio, com habilitação em magistério modalidade normal para professores sem formação específica que trabalham nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou EJA (Educação de Jovens e Adultos) com parceira dos estados e municípios. Sendo este um dos programas mais consolidados da SEED com 30 mil professores capacitados.

Já na década de 90, instituições de ensino superior passam a oferecer cursos em EAD com as novas tecnologias de informação e comunicação. Participam Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias ou confessionais interessadas, em parceria.

Oficialmente no Brasil a EAD surge através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), normatizada pelo decretos nº 5.622/2005 (de 19 de dezembro de 2005) e decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, sendo decreto de nº 6.303/2007 altera alguns dispositivos.

No final dos anos 90, normatizam-se os procedimentos de credenciamentos das instituições que ofertam cursos de graduação, profissionalizante tecnólogo à distância. Também nos anos 90, com a internet e a possibilidade do trabalho em rede de colaboração, houve reflexões sobre as práticas e metodologias para garantir a qualidade do ensino.

Em outubro de 2001, o Ministério da Educação através da portaria 2.253 regulamenta o ensino superior, e a oferta de disciplinas à distância para atender 20% da carga horária de cursos já reconhecidos, incluindo as TIs para a realização dos objetivos pedagógicos. No ano de 2002, é criada a Comissão que assessora especialista em EAD, uma das finalidades era produzir um relatório esclarecendo às instituições e ao próprio MEC as diretrizes de desenvolvimento do EAD no Brasil.

A criação da UAB (Universidade Aberta do Brasil) em 2005 oferecendo formação inicial de professores que ainda não tinham, graduação, o que significou atender a demanda de milhares de professores, formando novos docentes, disponibilizando formações continuadas a mais ou menos 2 milhões de profissionais. Tem como meta atingir cem mil alunos no ensino superior.

Cabe salientar a importância da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o envolvimento das Instituições Públicas que trabalham com EAD para o processo de democratização e ao acesso à educação de qualidade, consolidando a ideia que as instituições ensinam por meio de sistemas sofisticados e inovadores desenvolvendo culturalmente o trabalho e a pesquisa. Oferecem também o sistema de tutoria que atendem às necessidades afetivas, cognitivas e administrativas de seus alunos, mantendo um número reduzido de alunos por tutor.

5. A EDUCAÇÃO VIRTUAL

Um novo modelo que vem surgindo é a Educação Virtual, na qual os estudantes terão mais contato com seu ambiente de aprendizagem, composto por todos os espaços, ou seja, estará sempre conectado ao ambiente virtual. A Escola ou Universidade promovendo novas formas de relação entre alunos e professores.

Não será delimitado por espaços físicos e temporais, a distância deixa de existir, mas a condição de relacionamento será virtualidade. Com isso, espera-se mais autonomia do estudante, colaboração e maior diversidade das condições do aprender.

Existem diferentes estilos de aprender, alguns verbais outros visuais, outros exploram ou preferem deduzir, em cada estilo uma possibilidade da criação de ambientes onde essas aprendizagens se realizam por etapas, onde as barreiras serão removidas na medida que vão conhecendo os conteúdos, os equipamentos.

Essa nova realidade será marcada pela participação efetiva dos alunos, uma abordagem colaborativa, criando uma realidade pela suas participações mais efetivas, construindo suas ideias, seu conhecimento.

A ideia do compartilhamento é gerar estratégias para desenvolver um pensamento crítico e criativo. Nenhum modelo servirá 100% para toda a diversidade, o País está vivendo rápidas transformações (econômicas, valores, sociais) mas acredita-se que a abordagem dialógica e colaborativa traga um reconhecimento de como ser “cidadão”, da possibilidade de uma melhor inserção do mercado de trabalho, este , que cada vez mais prima um profissional que aja de forma colaborativa, criativa.

Acredito que os envolvidos no processo de EAD, conscientes das mudanças, inovem e visualizem cenários em potencial para a educação, preparando-se e antecipando para os desafios que afetará diretamente suas atividades.

6. ESTATÍSTICAS DA EAD NO BRASIL

6.1 Universidades que oferecem cursos em EAD

A Secretaria de Educação a Distância (Seed) mantém em seu site a lista com as instituições de ensino superior credenciadas para oferecer cursos de graduação, pós graduação com links diretos que podem ser acessados através da Sesu (Secretaria de Educação Superior). Na educação básica os cursos necessitam ser autorizados e credenciados pelos conselhos estaduais de educação e podem ser verificados nos sites dos conselhos.

A Associação Brasileira De Educação a Distância (Abed) procura manter em seu site (www2.abed.org.br) a lista atualizada dos cursos a distância, mas não existe um cadastro único para os cursos livres e de educação corporativa disponíveis no Brasil.

6.2 Número de alunos em Cursos EAD

O número de alunos matriculados em instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino com cursos em EaD no Brasil do período de 2004 a 2006.

Ano	2004	2005	2006
Total	309.957	504.204	778.458

Fonte: Livro ABC do EaD – A educação a distância hoje. Ano 2007

O ritmo de crescimento de 2004 a 2005 é de 63%, diminuindo quando comparado ao crescimento de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino entre 2005 e 2006 que foi de 54%.

6.3 Alunos por tipo de curso

Número de alunos por tipo de curso.

Tipo de Curso	2005	2006
Graduação, tecnológico e pós-graduação-credenciamento federal	300.826	575.709
Educação de jovens e adultos (EJA), fundamental, médio e técnico-credenciamento estadual	203.378	202.749
Total de alunos	504.204	778.458

Nota-se o crescimento dado entre 2005 e 2006 em função dos cursos de credenciamento federal, tendo uma redução no número de alunos de credenciamento estadual.

6.4 Números de Cursos Lançados por Ano

1982	1985	1992	1994	1995	1996	1997	1998
2	1	1	1	2	1	9	1

Fonte: Livro ABC do EaD – A educação a distância hoje. Ano 2007

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
12	7	10	61	46	108	373

Fonte: Livro ABC do EaD – A educação a distância hoje. Ano 2007

Percebe-se um crescimento em número de alunos a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que através dos Polos de apoio presencial, permite que universidades públicas que oferecem cursos de nível superior através da educação à distância, direcionado para camadas da população, que antes tinham dificuldade de acesso à formação universitária.

6.5 Instituições com maior número de alunos em EAD

Instituição	Nº de alunos
Universidade de Brasília – Centro de Educação a Distância - DF	75.683
Universidade do Norte do Paraná - PR	68.260
Serviço Social da Indústria (SESI)- SP	55.746
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) –RS	50.167
Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) – TO	40.154
Fundação Demócrito Rocha- CE	34.506
Faculdade de Tecnologia Internacional (Fatec Internacional) – PR	33.721
Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) EAD-BA	26.517
Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado Rio de Janeiro (Cecierj)-RJ	25.367
Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi)- SC	25.000

Fonte: Livro ABC do EaD – A educação a distância hoje. Ano 2007

Representa a situação do número de alunos matriculados na Educação à Distância nas Universidades Brasileiras através das estatísticas disponíveis no Abraed (Anúário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância) de 2007, mas os dados em geral são de 2006.

6.6. Tipos de Cursos

Total	889
Graduação	165
Tecnólogo e Complementação pedagógica	40
Pós (<i>lato sensu</i>)	246
Mestrado	1
Extensão/aperfeiçoamento/qualificação	272
Técnico	66
EJA	99

Fonte: Livro ABC do EaD – A educação a distância hoje. Ano 2007

Nota-se no quadro 6.6 que os cursos de pós (*lato sensu*), extensão, aperfeiçoamento e qualificação são os mais ofertados no Brasil, seguidos pelos cursos de graduação.

Hoje a educação à distância está mais institucionalizada, constituída em parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades. Deixou de se limitar aos Núcleos de Educação à Distância (Neads) e aos laboratórios de pesquisa de Instituições de Ensino Superior (IES).

A EaD ganha espaço em regiões mais distantes geograficamente por meio das parceiras com as IES, pois não apenas alcançam um maior número de alunos, mas reduzem custos em investimentos com tecnologias e administração.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do contexto histórico, passou-se da etapa do ensino por correspondência, transmissão radiofônica, televisiva até os processos atuais que fazem uso das TICs.

A educação está fundamentada em uma aprendizagem em redes, acontecendo de forma integrada, diminuindo fronteiras entre presencial e virtual, tendo um maior alcance geográfico reduzindo as desigualdades sociais.

Acredita-se que as mídias são uma forma de inclusão social, mas também de descobertas, mudanças na postura e atitudes do professor, do aluno e das entidades envolvidas, e que só se torna válida quando permite o crescimento

peçoal, intelectual do aluno como ser humano ativo e agente dentro de uma sociedade em crescente evolução, porém correndo riscos advindos de um progresso galopante, de cair na mesmice, e involuir. De resto, é lutar para que trabalhar com as tecnologias, não se transforme em sinônimo de livro didático eletrônico, isso representaria um retrocesso na educação.

As estatísticas demonstram que os cursos mais ofertados são de Extensão/aperfeiçoamento/qualificação seguidos dos cursos de Pós e Graduação, sendo assim, percebe-se que os profissionais estão investindo no conhecimento e em ferramentas que facilitam o trabalho garantindo um futuro melhor.

Os números de cursos tiveram um crescimento considerável entre os anos de 2003 a 2006, período este em que o Ministério da Educação criou diretrizes para o desenvolvimento do EAD no Brasil seguido da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O mercado da EAD se expande no Brasil e no mundo, cresce o número de instituições, o número de cursos/disciplinas ofertadas, alunos matriculados e professores que passam a ministrar aula à distância, assim como crescem as tecnologias disponíveis.

Nada produziu impacto tão grande na história da educação nos últimos anos quanto o EAD, em especial a educação on-line. Se o trabalho com mídias for embasado em estudos realistas, não só provendo escolas, mas investindo no educador, tem inúmeras razões de se transformar em múltiplas oportunidades de nossos alunos visualizarem um futuro melhor, cientes da sua cidadania.

Mas o desafio é garantir qualidade à Educação à Distância, na qual acredita-se que as políticas públicas educacionais juntamente com a tecnologia de informação e comunicação têm um papel fundamental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniele G. e outros. **Ambientes Virtuais para Educação a Distância: uma estrutura de classificação e análise de casos.** Disponível em <http://magnum.ime.uerj.br/cadernos/cadinf/vol14>. Acessado em setembro/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.253 de 18 de outubro de 2001. Regulamenta a oferta de disciplinas nos cursos do Ensino Superior. Disponível: <http://www.unitins.br/portal/legislacao/Recredenciamento/Portaria%20no%202.253%20de%2018%20de%20outubro%20de%202001.pdf>

AZEVEDO, F. (Org.). **A reconstrução educacional no Brasil:** ao povo e ao governo. *Manifesto dos Pioneiros da educação nova.*São Paulo: Nacional, 1932.

DEWEY, John. **The Sources Of A science Of Education**. Horace Liveright. New York, 1929.

FILATRO, Andréa. **Design Instrucional Contextualizado. Educação e Tecnologia**. Editora Senac. São Paulo, 2004.

GIRARDI, G.. **Historiadora traça panorama da eugenia em todo o mundo e descreve a tentativa de Criação de uma nova raça brasileira, no começo do século 20**. In: Jornal da Ciência. JC 647, de 26/06/09. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=50364>>, acessado em http://www.proex.ufu.br/formacaocontinuada/New/Eixo2/Material_Extra/livro_%20domec%205.pdf.

INEP (**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**). Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 4ª. ed. Campinas: Papirus, 2006.

LOURENÇO FILHO M.B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1978.

MAIA, C. (2002). **Guia Brasileiro de Educação a Distância - Edição Ampliada**. São Paulo: Esfera.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da educação a distância: a Educação a Distância Hoje**. 1ª Ed. Editora Pearson Hall. São Paulo, 2007.

MEC (**Ministério da Educação e Cultura**). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>

[MORAN](#), José M. **Contribuições para uma pedagogia da educação on-line.** In: SILVA, Marco (org.). Educação online. São Paulo. Edições Loyola. 2008.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância: tecnologia da esperança.** São Paulo. Loyola. 1999.

PRETI, Oreste. **Curso de Pedagogia a Distância: Uma experiência da Universidade Federal de Mato Grosso. Presença Pedagógica,** Belo Horizonte: 2004.

ROPOLI, E. ET.al. **Orientações para o desenvolvimento de cursos mediados por computador.** Campinas: EAD Unicamp, 2002. Disponível em <<http://WWW.unicamp.br/EA/documentos/orientações.pdf/>